

# Acordo atende reivindicação de comunidades indígenas



Um grupo de Índios aguarda a votação do capítulo referente à questão indígena, numa ante-sala do gabinete do líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas

Da Sucursal de Brasília

Duas das três reivindicações das comunidades indígenas foram contempladas por um acordo fechado ontem pela liderança do PMDB, o Centrão e os partidos de esquerda.



Apesar deste entendimento preliminar, o capítulo "Dos Índios" voltará a ser discutido por todas as lideranças partidárias na manhã da próxima terça-feira, podendo ser votado à tarde.

Pelo texto acordado, a pesquisa e a lavra de riquezas minerais em terras indígenas só poderá ser feita com autorização do Congresso Nacional e ouvidas as comunidades atingidas. Aos índios será assegurada, na forma da lei, a participação nos resultados da lavra. A partir de uma fusão do projeto aprovado pela Comissão de Sistematização, do substitutivo do Centrão e de várias emendas, a reivindicação dos índios foi atendida.

"A discussão foi muito boa, sem entreveros", disse o deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP). As propostas preliminares tanto do Centrão como da liderança do PMDB previam o "usufruto exclusivo" das riquezas naturais aos índios. A abertura para a exploração das terras por terceiros foi aceita desde que introduzido o aval do Congresso Nacional e a consulta às tribos envolvidas.

A questão da terra indígena foi a

que exigiu mais tempo de negociação. Os índios pediam que fosse garantido seu direito originário sobre terras que ocupam. A Frente Parlamentar do Índio, representada na negociação pelo deputado Tadeu França (PDT-SC), conseguiu incluir no texto do acordo uma palavra que dá absoluta margem de segurança aos índios. Assim, o direito fica assegurado sobre terras "tradicionalmente" ocupadas, cabendo à União demarcá-las.

O Centrão relutou em incluir esta palavra, tentando substituí-la por "permanente". Se a troca fosse feita, as comunidades indígenas que foram removidas de uma área ou tenham alterado seu núcleo de ocupação seriam prejudicadas.

## Aculturação

Até o final da manhã de ontem, a terceira reivindicação dos índios continuava sem solução. Eles queriam a supressão de um dispositivo, que consta dos textos da Sistematização e do Centrão, que exclui os "índios com elevado estágio de aculturação" dos direitos previstos pelo capítulo. Segundo França, a tendência é excluir este conceito da nova Constituição, "porque senão teríamos um genocídio".

Plínio disse que os direitos seriam assegurados ao "índio que habita uma terra indígena independente da cultura que tenha ou conheça". O texto em negociação assegura que "os direitos previstos neste capítulo só se aplicam aos índios cujas comunidades ocupem terras indígenas, garantidos os direitos daquelas comunidades que tenham sido ilecitamente desalojadas".

Luiz Novais



O deputado José Lins (PFL-CE) é levado por Raony para conhecer caciques

## Índios mostram cansaço com atraso na votação

Da Sucursal de Brasília

Os índios sentados no auditório da liderança do PMDB não escondem o desânimo e o cansaço com o ritmo da negociação do capítulo da nova Constituição, que assegurará seus direitos. Perplexos com o movimento de constituintes na sala de reuniões, os índios fazem o lobby do silêncio. Poucos conseguem expressar suas reivindicações, mas ontem já tinham duas vitórias.

Aos poucos, desde a última terça-feira, cerca de 30 comunidades indígenas foram enviando seus representantes até Brasília. Ontem, eram mais de cem. Todos pensavam em voltar para casa anteontem, mas o atraso nas negociações e votações forçou a permanência.

Apesar da votação prevista para terça-feira estar incerta, a maioria não pretende ir embora neste fim-de-semana.

As conseqüências da reclusão em Brasília são até de ordem estética. Além do cansaço, a pintura desbotada do rosto é por falta de tinta, que está acabando. A maioria esmagadora dos índios veio preparada para uma festa, enquanto que algumas tribos estão parentadas para guerra. A pintura de todo o corpo é preta, com desenhos de acordo com a cultura da tribo.

## Guerra

A disposição para a guerra está evidente nos enormes tapetes e bordunas que todos carregam. Não se separam das armas durante todo o tempo que ficam no gabinete da liderança do PMDB, atentos para um batalhão de curiosos que os cercam.

Uma dezena de índios aculturados fazem um tipo de relações-públicas para o grupo. São aqueles ligados a Funai ou que deixaram a tribo para

estudar e trocaram a floresta pela cidade. E o caso de Carlos, da tribo Terena, que trabalha na chefia de gabinete da Funai, mora num apartamento em Brasília e casou-se com uma mulher branca.

Mesmo assim, ele não aceita o rótulo de "aculturado". "Não vou deixar de ser índio nunca. Nem quando morrer", diz. Os outros índios não aceitam sequer responder perguntas que os coloquem em confronto com a assimilação da cultura dos brancos. Depois de serem indagados pelos repórteres sobre a resistência em aceitar um dispositivo no capítulo "Dos Índios" que nega os direitos dos índios aos "aculturados", os índios começaram a evitar a imprensa. Temerosos, eles escolhem os repórteres para conversar, perguntando: "Qual é o jornal?". Se consideram o jornal "bom", falam. Caso contrário, ficam calados.

Na entrada do Colégio Santa Maria, onde estão alojados, um improvisado cartaz adverte: "Proibida entrada de jornalistas e fotógrafos. Favor não insistir porque senão os índios do Brasil vão tomar tudo."

Instalados num enorme galpão da escola, os índios estão recebendo alimentação do Conselho Indigenista Missionário e da Funai, que enviam "marmiteix" com arroz, feijão e carne nas duas refeições diárias. Falta farinha, segundo o cardápio indígena. Mas eles não reclamam. As mulheres não vieram e não se cozinha no alojamento.

De queixas, os índios só não escondem uma: passam a maior parte do dia no auditório respirando um ar carregado de fumaça de cigarro e mantido a partir de um aparelho de ar condicionado.

## Emenda sobre anistia preocupa Exército

Da Sucursal de Brasília

O Alto Comando do Exército reuniu-se ontem e anteontem em Brasília no Quartel General do Exército, para discutir a situação política do país, a duração do mandato do presidente José Sarney, a anistia dos militares e assuntos administrativos.

Na quinta-feira, o ministro do Exército, general Leonidas Pires

Gonçalves, que preside todas as reuniões do Alto Comando, tratou com treze oficiais-generais os assuntos relativos aos interesses administrativos da Força. Ontem, foram abordados os temas políticos.

O general Leonidas disse aos seus colegas de farda que a Assembleia Constituinte tem de votar com muita seriedade, sem pensar em revanchismos, a emenda que propõe a reintegração de civis e militares

casados em 64 aos quadros das Forças Armadas.

Em sua opinião, caso ocorra uma reintegração desse pessoal, o Exército terá um processo de assimilação muito difícil, além de um sério problema orçamentário.

Para Leonidas, a "anistia dos militares já foi concedida com a emenda 26 (que convocou o Congresso constituinte) quando o Exército

incorporou, novamente, 515 pessoas, entre militares e civis.

Um outro assunto que foi discutido entre os oficiais-generais foi o corte de C\$ 79 bilhões no orçamento do Ministério este ano, que levará a cortes no setor administrativo. Mas esses cortes não atingiram projetos prioritários como o Batalhão de Aviação do Exército e a Calha Norte, pois já receberam suplementações.

## Mandato sai na próxima semana, diz Ulysses

Da Sucursal de Brasília

O presidente do Congresso constituinte, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), afirmou ontem que existem "condições técnicas e regimentais para que se vote a duração do mandato presidencial na próxima semana". Ulysses evitou, no entanto, prever o dia exato. "A decisão política depende dos líderes dos partidos", disse.

Ulysses voltou a dizer que, "segundo as informações que me chegam", a tendência do plenário é aprovar o mandato de cinco anos para o presidente Sarney. "Tenho a impressão de que ninguém está interessado em atrasar as votações", comentou ainda Ulysses, referindo-se à data da definição.

As declarações foram feitas à saída do plenário, depois de encerrada a sessão de ontem por falta de quórum. Havia 200 constituintes presentes, 80 a menos do que o número necessário para votações.

Ulysses convocou a próxima sessão para terça-feira, às 14h30. Antes de entrar nas Disposições Transitórias (nas quais o mandato é um dos primeiros temas), o plenário deverá votar ainda o capítulo dos Índios.

## Data da votação

O governo decidiu que o mandato do presidente José Sarney (artigo 4º das Disposições Transitórias) deve ser votado até a próxima quarta-feira, antes da sua viagem aos Estados

## Líderes governistas comandam ação por 5 anos

Da Sucursal de Brasília

A mobilização dos constituintes favoráveis a um mandato de cinco anos para o presidente José Sarney foi decidida ontem em reunião no Palácio da Alvorada. Ela será comandada pelos líderes do PFL, deputado José Lourenço (BA) e senador Marcondes Gadelha (PB), e do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA). Além de contatos pessoais, telefonemas e telegramas aos constituintes, os três líderes ficaram encarregados também de dar informes ao presidente José Sarney sobre o andamento das negociações durante todo o final de semana.

José Lourenço disse que tomará

Unidos. "Qualquer demora para aprovação do mandato é procrastinação contra o Brasil", afirmou o ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, ao deixar o Palácio da Alvorada, ontem de manhã, depois de uma reunião com o presidente, nove ministros e os líderes do governo e do PFL na Câmara, Carlos Sant'Anna e José Lourenço.

O ministro declarou que acredita no empenho do deputado Ulysses Guimarães para que seja aprovado

o mandato de cinco anos para o presidente José Sarney. Disse que, no momento em que Ulysses Guimarães afirmou que não poderia haver discriminação em relação aos futuros presidentes da República, ficou "óbvio que ele é a favor dos cinco anos para o presidente Sarney".

Magalhães negou que o presidente tenha solicitado apoio ao deputado Ulysses Guimarães. "O governo não manda e nem faz solicitações ao dr. Ulysses. Com ele, há diálogo."

Segundo o ministro, não há dúvida de que o mandato do presidente será fixado em cinco anos, por 320 a 325 votos (40 ou 45 votos a mais do que o quórum mínimo).

Mesmo dando como certa a vitória dos cinco anos, o líder do PFL, José Lourenço (BA) afirmou que a estratégia é "trabalhar até o último minuto" para manter mobilizados os constituintes governistas.

O líder do PFL disse que na avaliação feita durante o encontro ficou constatado que houve "uma melhora sensível de diversos parlamentares". Disse que a primeira votação, do mandato para os futuros presidentes (22 de março último), induziu outros constituintes a aprovar também cinco anos para Sarney. Ele afirmou não acreditar na possibilidade da definição do mandato cair no "buraco negro".

Para Lourenço, as divergências que possam existir sobre as diversas emendas apresentadas devem ser superadas através de um acordo entre o líder do PMDB, senador Mário Covas, e outros.

O líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna (BA), afirmou que a partir de terça-feira tem início a votação das Disposições Transitórias. Isto, segundo ele, explica o motivo pelo qual o governo decidiu que o mandato de Sarney deve ser definido ainda no início da próxima semana. "A partir de terça o processo é irreversível. Vamos aprovar o texto do Centrão com larga maioria de votos."

## "Lobby do queijo" leva 70 constituintes para Minas

Da Sucursal de Belo Horizonte

O lobby contra a transformação do Triângulo Mineiro em um novo Estado, comandado pelo governador Newton Cardoso (PMDB), deverá trazer hoje a Belo Horizonte cerca de 70 constituintes que ainda não se posicionaram sobre a emenda separatista, proposta pelo deputado federal Chico Humberto (PDT-MG), a ser votada no Capítulo das Disposições Transitórias. A agência de turismo Turazul havia reservado até ontem, no final da tarde, 75 lugares no voo 375 da Vasp, que chegará a Belo Horizonte procedente de Brasília, às 9h30. Cem apartamentos duplos estavam igualmente reservados, por dois dias, no hotel Othon Palace (cinco estrelas). Apesar de nenhum dos organizadores do passeio dos constituintes por Belo Horizonte, Ouro Preto e Mariana revelar o valor das despesas, a Folha apurou que (a preços de mercado) só em hospedagem, transporte aéreo e terrestre e alimentação para 75

convidados seriam gastos cerca de C\$ 6,5 milhões.

Segundo o presidente em exercício da Associação Comercial de Minas, que organizou o evento, Paulo Sergio Ribeiro da Silva, as despesas deverão ser pagas pelo movimento cívico pró-unicidade de Minas, que congrega 43 entidades, 20 delas empresariais. "Não temos ainda o orçamento de um evento dessa dimensão", afirmou ontem Ribeiro Silva, cuja expectativa era de que viriam a Minas 120 constituintes. O presidente da Associação Comercial disse que, para pagar as despesas, o movimento cívico aceita doações de qualquer fonte, de "associações de prostitutas até governo estadual". No entanto, durante a semana, o governador Newton Cardoso disse que a viagem dos constituintes seria "uma cortesia do governo mineiro" e que todas as despesas eram justificáveis.

De acordo com o levantamento da Folha só em hospedagem seriam gastos C\$ 2,9 milhões e outros C\$ 1,45 milhão em passagens aéreas.

A  
C